

Agradecimentos

Professor Pinto Paixão

Dr. Carlos Pimenta

Cumprimentos

Professor David Justino

Dr. Silva Peneda

E todos os presentes

Primeira Nota

Como, ao contrário dos meus ilustres colegas de Mesa, sou um desconhecido, penso ser pertinente acrescentar à apresentação que me foi feita uma outra informação, importante para enquadrar a minha exposição – e as minhas críticas – à situação actual e às políticas governamentais. Não tenho ligação a qualquer partido político nem, confesso, especial simpatia por nenhum. Ainda assim, nas últimas eleições legislativas, motivado por uma vontade de mudança, votei no Partido que hoje lidera o Governo. Tomem por isso as minhas críticas – e uma possível acidez, que tentarei disfarçar – como críticas honestas de um jovem desiludido; não como intervenções panfletárias de um jovem incendiário.

Segunda Nota

Queria ainda deixar, se me permitirem, uma segunda nota, esta já relativa ao tema que aqui se debate: pergunta-se como vencer a dupla armadilha demográfica, gerar emprego, assegurar a igualdade de oportunidades e a solidariedade intergeracional. Antecipo desde já a minha resposta: não sei. No entanto, penso que esta confissão não vos impedirá de me ouvirem: desconfio que poucos, se alguns, saberão responder com prontidão a uma questão tão complexa.

Enquadramento e estrutura da Intervenção

Terminei a licenciatura em Direito há cinco meses. Tive oportunidade, durante o curso, de me envolver nos órgãos da Faculdade e da Universidade e de liderar a Associação Académica. Não foram, por isso, poucas as vezes em que me sentei a uma mesa para discutir o Ensino Superior e, com ele, o futuro. Este é o primeiro ponto prévio que gostaria de vincar: discutir o Ensino é discutir o futuro.

Vivemos actualmente sob a égide de um programa de ajustamento em nome do qual se têm vindo a impor sucessivos cortes em diversas áreas do Estado. A Educação, e nomeadamente o Ensino Superior, têm sido particularmente fustigados neste processo.

Gerou-se a ideia de que os fundos que se direccionam para as Universidades, como os que se direccionam para Hospitais, Fundações ou Empresas Públicas, são despesa: merecem por isso o mesmo tratamento.

Esta concepção – a de que gastar na Educação é, tão somente, gastar – está errada. E este é o segundo ponto prévio: gastar no Ensino é investir no futuro.

As coisas assim ditas, em forma de chavões, podem parecer apenas conjugações bonitas de palavras. Não são: vários estudos demonstram que quem concluiu o Ensino Superior ganha, em média, bastante mais que quem não o fez. Estes resultados, claro está, não surpreendem ninguém. Contudo, parecem ser sistematicamente desconsiderados.

O financiamento do Ensino Superior e da sua Acção Social têm vindo a ser reduzidos drasticamente. O efeito directo, para além de uma diminuição das condições de Ensino, passa pelo aumento das propinas e pela redução da abrangência dos apoios sociais.

Aumentando o esforço financeiro das famílias – numa altura em que, e os estudos demonstram-no, os portugueses estão a empobrecer – é sem surpresa que se assiste à redução de vagas no Ensino Superior: a oferta está-se a adaptar à procura. Num país que se encontra a milhas de cumprir a meta a que se propôs no compromisso Europa 2020 de ter 40% de licenciados entre os 30 e os 34 anos, parece-me preocupante. Claramente, nem todos os compromissos europeus têm o mesmo grau de importância.

Estruturarei pois a minha intervenção referindo-me então aos 4 vectores que nos servem de base: a demografia, a empregabilidade, a igualdade de oportunidades e a equidade intergeracional. Colocarei os primeiros três sob a capa da Educação, como primeiro pilar de qualquer solução; o quarto, pela transversalidade, servir-me-á como segundo pilar.

Dupla Armadilha Demográfica

Portugal, como os restantes países europeus, sofre – e sofrerá ainda mais – com a inversão da pirâmide etária. A baixa natalidade e conseqüente envelhecimento da população são dados transversais à grande maioria dos países da nossa zona. E fala-se sobretudo neste problema a propósito da sustentabilidade do modelo de prestações sociais, que assenta nas contribuições da população activa.

São, sem dúvida, uma armadilha. A diferença está – e esteve – em que nós caímos nela. Outros países, com estruturas etárias parecidas e sistemas sociais semelhantes, não.

E a distinção esteve no seguinte: esta dupla armadilha demográfica é no fundo tripla e é este terceiro buraco a fazer a diferença. Falo da emigração jovem e qualificada.

Veja-se a nossa situação: temos poucos jovens; cada vez mais pensionistas; investimos cada vez menos no Ensino Superior, tornando por isso mais raros os jovens qualificados; e no fim, vamos sair.

Fiquei, confesso, muito mais descansado por saber expressa no Boletim de Outono de 2013 do Banco de Portugal esta preocupação, que não tinha vindo a ser, claramente, uma preocupação da temporada Primavera/Verão.

É pois este fluxo que faz também a diferença entre os países que mantêm a sustentabilidade do seu sistema social e os que não mantêm: uns recebem jovens qualificados – que contribuem mais e equilibram a estrutura – outros perdem-nos.

Portugal precisa de ser capaz de assegurar as condições para manter estes jovens e atrair outros novos, estrangeiros.

Não me queria ficar por assinalar problemas sem sugerir soluções. Avanço por isso com esta primeira: transformar Portugal num país *youth-friendly*, amigo dos jovens. Desde benefícios fiscais mais pronunciados a facilidades de acesso ao crédito e ao mercado de arrendamento, Portugal

tem de se transformar – e de se promover – como um país para jovens qualificados de todo o mundo.

Aos cépticos dos números, notem o seguinte: manter os jovens que saíram e atrair novos de outros países é, de uma só vez, aumentar a população activa, estimular a taxa de natalidade e rejuvenescer a sociedade.

Parece simples. Não é. Seguimos assim para o segundo vector, do qual depende o sucesso do primeiro.

Gerar emprego

Em Portugal, o desemprego jovem ronda os 43%. A esta luz, tudo o que atrás disse parece valer de muito pouco: para quê atrair, para quê manter, se nem para os que estão se arranja trabalho?

Permitam-me então que diga, a este propósito, três coisas:

1. Esta taxa de desemprego jovem, vergonhosa, não o sendo exclusivamente, é também reflexo – e será cada vez mais – das barreiras que existem no acesso ao Ensino Superior: note-se que muitos destes jovens desempregados não têm formação superior. A indicação é clara; Portugal deve investir na qualificação dos seus jovens.

2. A diminuição do desemprego não vai ser feita à custa do Estado; isto é, os novos empregos têm de ser gerados no sector privado. Isto parece-me inultrapassável. Quer isto dizer que o Estado não tem aqui qualquer responsabilidade? Claro que não. Cabe ao Estado, num momento em que a economia está entorpecida, facilitar o acesso ao crédito, conceder benefícios fiscais, criar uma atmosfera favorável à inovação.

Isto pode e deve ser feito através das Universidades. Afinal, é de lá que sai a nova ciência, o novo sangue e a coragem dos novos. Juntem o conhecimento, os jovens e o capital – quer seja do Estado, através das Universidades, quer seja de privados – e podemos alterar o paradigma actual de “esperar que nos empreguem” para o de “criarmos emprego”. Ultimamente já têm surgido projectos muito interessantes, com o nascimento de novas marcas e serviços liderados por jovens. O Estado deve acelerar este processo: mais uma vez, como na promoção da imigração (com I) de jovens qualificados, é semear, para colher.

3. Ou nos destacamos pela competitividade dos nossos preços, dos produtos e do trabalho, ou pela qualidade. Ora, toda a lógica de qualificar tem por base o princípio de que nos destacaremos pela qualidade. É essa a primeira afirmação que Portugal precisa de fazer: aqui, valemos porque fazemos melhor.

Este é outro mantra que me parece incontornável: por um lado, não temos mão-de-obra em quantidade suficiente para competir com outros países; por outro, pretendemos ser um país de primeiro mundo e num país de primeiro mundo todos os salários permitem viver dignamente. Em Portugal, isso não acontece. É preciso pois assumir que ou somos muito bons, e temos indústria, ou não somos e mais vale desistir, porque em qualquer país asiático estão cem vezes mais homens, mulheres e crianças a fabricar o mesmo produto a um custo dez vezes menor.

Sugerir a redução do salário mínimo como medida de aumento de competitividade é uma esquizofrenia: o problema de Portugal não é, e infelizmente nunca foi, ter uma mão-de-obra cara. Será, quanto muito, ficar num limbo entre produzir em muito bom e produzir em muito mau, pagando mais ou menos; e convenhamos, este cinzento tem assentado bem ao que tem sido o nosso país.

É portanto uma prioridade inverter a taxa de desemprego. Não podendo o Estado criar empregos, facilite a vida dos privados e alimente as ideias das novas gerações.

Chegamos assim ao terceiro vector.

Igualdade de Oportunidades

É importante, aqui, não sermos hipócritas: o que se exige é que a todos sejam concedidas certas oportunidades-base. A partir daí, o mérito mas também a bagagem familiar e social de cada um encarregar-se-á de conceder a uns mais oportunidades que a outros: é inevitável e, no que se dever ao mérito, justo.

Cabe ao Estado garantir essas oportunidades-base, sendo a mais importante o acesso democrático à Educação. Viveremos num país com igualdade de oportunidades quando todos os que quiserem estudar o possam fazer. E esta exigência é evolutiva: se há 20 anos o Estado precisaria apenas de garantir que todos poderiam estudar até ao 12º ano, se há 10 anos todos teriam de poder estudar até à licenciatura, hoje, com um mercado que exige, muitas vezes, mestrados, há que assegurar que todos os que desejam possam estudar até ao mestrado.

E se a meta de há 20 anos parece ser hoje uma realidade, a meta de há 10 anos ainda é uma miragem e a que devia ser a meta actual não passa de uma utopia.

Portugal enfraquece-se ao não garantir a base que promove todas as outras oportunidades. Quando assim é, não vale sequer a pena ir mais longe e discutir as oportunidades pós-educação. Já perdemos esta discussão lá atrás. A solução implica custos – aumentar a abrangência e o valor das bolsas de estudo – e como tal recebe sempre o mesmo nariz franzido.

Assegurar a igualdade de oportunidades é uma missão que exige, em primeiro lugar, a vontade de o fazer. Numa altura em que se tenta reformar o Estado, há que definir prioridades. Esta não parece estar no topo da lista.

Equidade Intergeracional

Termino aqui. Entendo a equidade intergeracional como um princípio jurídico que impõe ao legislador que este, ao legislar, tenha em mente o impacto que a lei terá nas gerações futuras. Mas entendo-o também como um princípio social, que impõe às pessoas que não se comportem como se fossem a última geração do país. A mentalidade do “quem vem atrás que feche a porta”, tão profundamente enraizada na cultura portuguesa, trouxe-nos até aqui. E aos problemas criados por políticas de curto prazo aplicámos, desde a chegada da Troika, receitas que impõem resultados a curto prazo. Estranha forma de mudar.

Antes da austeridade, concordámos que se gastava demais e que havia margem para reestruturar o Estado. Elegemos um Governo com um programa de austeridade e com um Memorando assinado. Não lavemos daí as mãos: Pôncio Pilatos fê-lo há dois mil anos e ainda hoje se fala nisso.

Nós sancionámos a austeridade como via. Contudo, aqueles que elegemos esqueceram-se que não sancionámos a austeridade como via única ou sequer como via principal. Nunca passou pela cabeça de ninguém que depositou nos nossos governantes a sua confiança que, uma vez eleitos, fariam da austeridade a bússola moral das suas políticas, “o que a respeita é bom, o que a extravasa é mau”.

Não quisemos que a austeridade fosse apenas uma mangueirada de água fria que nos deixava enregelados ao vento e que ao secar, que é o mesmo que dizer, no fim da crise, voltássemos todos “ao antigamente”, ainda que ligeiramente engripados.

Queríamos que a austeridade, esse “rigor e contenção económica”, fosse a base a partir da qual se construiria o Portugal que os portugueses precisam. Que se abandonasse, de vez – e não só durante a crise - o supérfluo, o excessivo e o desbaratado; que ficasse o necessário, o devido, o digno; a partir daí, que se deixasse o país crescer e se fosse corrigindo as ineficácias e as injustiças pelo caminho.

E não é isto que está acontecer. E o maior problema já nem é o país estar a empobrecer: é estar a empobrecer para nada. Porque estamos a pagar a dívida com mais dívida. Estamos a chutar problemas para os da frente. Para mim, e para os meus filhos e para os meus netos. E renovaremos a dívida enquanto pudermos. E como dependemos de empréstimos para comer, dependemos de quem nos empresta.

O artigo 1º da Constituição diz-nos que Portugal é uma República Soberana; a realidade diz-nos outra coisa. Portugal é inconstitucional. A realidade é inconstitucional. Não sou eu que estou a fazer um drama. O Dr. Paulo Portas já usou esta frase, “recuperar a soberania” e esta outra “recuperar a soberania aos poucos”, várias vezes.

O Código Civil português diz-nos que podem ser inabilitados os indivíduos que, pela sua habitual prodigalidade, se mostrem incapazes de reger convenientemente o seu património. E acrescenta: os inabilitados são assistidos por um curador, a cuja autorização estão sujeitos os actos de disposição de bens entre vivos.

E hoje vivemos esta vergonha de saber que Portugal foi inabilitado. E como neste país nada suja ninguém, assim continuaremos até que algo mude. Não estou a falar de eleições: essas, já se viu, não mudam nada. Há que mudar o modo como funcionamos, enquanto país e enquanto Estado.

A equidade intergeracional não passará de uma boa intenção enquanto, por egoísmo, continuarmos a planear políticas com prazos eleitorais.

A reforma do Estado é uma necessidade que não surge com esta crise; como tal, não deve ser feita com o objectivo de facilitar a obtenção de certas metas que nos são impostas hoje, mas com o desígnio de deixar aos próximos um Portugal sustentável e com margem para crescer. Porque uma coisa posso garantir: não existe patriotismo nenhum, numa Europa sem fronteiras, que amarre sucessivas gerações de jovens a um país que as sobrecarrega de impostos, dando cada vez menos de volta, tudo em nome de uma dívida que não tem fim.

Conclusão

As questões suscitadas nesta mesa situam-se, quero crer, no cerne dos problemas do País. Não há muito mais para discutir para além disto: como criar emprego? Como reter e atrair a população jovem? Como promover a igualdade de oportunidades? No fundo, como assegurar que ainda existe Portugal para os portugueses do futuro?

Como disse inicialmente, não sei. O Governo – qualquer governo – tem a responsabilidade de assegurar as condições de fundo; de dar pistas; de facilitar caminhos. Mais importante ainda, e que nem devia precisar de ser dito: de não atrapalhar. O resto depende dos portugueses e, cada vez mais, dos jovens.

Os problemas do país não serão resolvidos tão cedo: isso já se viu. Sê-lo-ão mais para a frente, pelos jovens que formarmos hoje. É por isso que insisto e tenho vindo a insistir, sempre que me dão oportunidade, de que o primeiro passo é garantirmos as condições à qualificação.

Queria por isso terminar com esta mensagem: não sei as respostas às perguntas colocadas. Sei, contudo, que quaisquer que elas sejam, passarão sempre por uma aposta na Educação.

Esta geração quer construir um novo Portugal, como a de Almada queria, há 100 anos, quando dizia “*Eu não pertenço a nenhuma das gerações revolucionárias. Eu pertenço a uma geração construtiva.*” Mas também como há 100 anos, quando os devaneios da 1ª República obrigaram essa mesma geração a revoluções, encontramos-nos hoje numa situação em que o terreno está demasiado arenoso para construir. Como tal, aproveito a oportunidade, que volto a agradecer, de poder estar aqui hoje, perante pessoas com responsabilidades políticas, para deixar esta mensagem: têm – e temos – a obrigação moral de ser precisos quanto aos problemas de Portugal e agir em conformidade para os resolver; têm – e temos – a obrigação moral de rejeitar as soluções que nos oferecem quando estas notoriamente não o conseguem fazer; têm – e temos – obrigação de fazer melhor.